



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 234/XII/ 4.ª SL

Aos 14 dias do mês de janeiro de 2015, pelas 10:19 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 232/XII e 233/XII, relativas às reuniões de 17 de dezembro de 2014 e 7 de janeiro de 2015
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição da Comissão de Trabalhadores da REFER e Sindicatos do Setor Ferroviário sobre o futuro da empresa
3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição dos Presidentes do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A., e da EMEF, S.A., sobre a concessão da operação do Metro do Porto, S.A., e a privatização da EMEF, S.A.
4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição da Autoridade da Concorrência e da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis sobre a evolução do preço dos combustíveis
5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para realização de audições sobre o sector do táxi
6. Fixação de redações finais:
  - Projeto de Resolução n.º 1100/XII/3.ª (PSD) - Recomenda ao Governo a concretização de medidas que minimizem os impactos ambientais do ruído gerado pelo tráfego de veículos sobre o Mosteiro da Batalha
  - Proposta de Lei n.º 216/XII/3.ª (GOV) - Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 234/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno

- Proposta de Lei n.º 217/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno

7. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre o Projeto de Lei n.º 683/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - Revoga o Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de Maio, que "estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., e da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A., para efeitos da concretização do processo de fusão das duas empresas." - Relator: Deputado Luis Vales (PSD)

8. Outros assuntos

---

Depois de verificado o quórum, o Senhor Presidente da Comissão começou a dirigir os trabalhos da Comissão e deu início à reunião com o ponto

#### **1. Apreciação e votação das atas n.ºs 232/XII e 233/XII, relativas às reuniões de 17 de dezembro de 2014 e 7 de janeiro de 2015**

Submetidas à votação as atas n.ºs 232/XII e 233/XII, relativas às reuniões de 17 de dezembro de 2014 e 7 de janeiro de 2015, foram aprovadas por unanimidade, com votos a favor do PSD, do PS e do PCP.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ACTA NÚMERO 234/XII/ 4.ª SL**

#### **2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição da Comissão de Trabalhadores da REFER e Sindicatos do Setor Ferroviário sobre o futuro da empresa**

A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) apresentou o requerimento para audição da Comissão de Trabalhadores da REFER e Sindicatos do Setor Ferroviário sobre o futuro da empresa, assunto recorrente na Comissão e referiu-se às posições públicas divulgadas pelos Sindicatos e Comissão de Trabalhadores da REFER.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) saudou esta iniciativa importante sobre questão preocupante, notando que a Comissão nunca a chegou a debater, e referindo-se a questões relativas à Segurança, que valorizou.

O Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) concordou com a recorrência desta questão e considerou oportuno vir a fazer a audição do Governo, não acompanhando esta iniciativa do PS.

O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) ponderou não começar pela Comissão de Trabalhadores, preferindo esperar algum tempo para recolha de informação e vir, também, a ouvir o Presidente da nova empresa e o Secretário de Estado.

Considerou a iniciativa do PS extemporânea, explicando, e que deveria ser tratada em Grupo de trabalho.

A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) estranhou a não aprovação do requerimento e ponderou a ordem das audições, informando que irão pedir a audição do Governo.

Submetido o requerimento em apreciação a votação, foi o mesmo rejeitado com os votos a favor do PS e do PCP e contra do PSD e do CDS/PP.

#### **3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição dos Presidentes do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A., e da EMEF,**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 234/XII/ 4.ª SL

#### **S.A., sobre a concessão da operação do Metro do Porto, S.A., e a privatização da EMEF, S.A.**

A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) explicou a importância das audições dos Presidentes do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A., e da EMEF, S.A., notando que a EMEF deixaria de fazer a manutenção do Metro do Porto a favor de multinacionais, o que prejudicaria esta empresa pública nacional, cuja viabilidade seria posta em causa.

O Senhor Deputado Luís Vales (PSD) considerou que esta relação EMEF- Metro do Porto seria mantida à custa dos contribuintes, referindo o caso paralelo do TGV com custos elevados e o exemplo da Fertagus, que faz manutenção em Espanha. Considerou que a Assembleia da República não se deve envolver em negócios privados.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) questionou as informações anteriores serem fidedignas.

Explicou o caso da Fertagus, que não recorre à EMEF por limitações legais quanto à manutenção de estoques, o que não se passa com a empresa pública espanhola a que a Fertagus recorre.

Considerou mais caro fechar portas à EMEF, cuja viabilidade poderá ser posta em causa.

O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) ponderou se, tendo o Governo no seu programa a opção de fazer a fusão e encerramento de empresas públicas, haverá, sempre, ou não, de ter de fazer consultas, sublinhando as diferenças ideológicas em causa.

O Senhor Deputado Luís Vales (PSD) referiu a Fertagus ser privada.

A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) lamentou a recusa dos requerimentos de audições apresentados pelo PS, que insistiu serem questões sérias.

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 234/XII/ 4.ª SL

Valorizou a estabilidade contratual e notou que a EMEF tem, sem custos, a mesma administração que a CP e que, na perspectiva da privatização da EMEF, deveria ser valorizada, questionando a transparência deste processo.

Submetido o requerimento em apreciação a votação, foi o mesmo rejeitado com os votos a favor do PS e do PCP e contra do PSD e do CDS/PP.

#### **4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição da Autoridade da Concorrência e da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis sobre a evolução do preço dos combustíveis**

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o requerimento para audição da Autoridade da Concorrência e da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, sublinhando que os preços de venda ao público dos combustíveis não estão a refletir baixas de preços no mercado.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) considerou que é importante vir a fazer estas audições para avaliar a situação.

O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) referiu que a audição do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia suscitou dúvidas, que espera vir a perceber a evolução e o mais rápido possível.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) recordou intervenções do PS na recente audição do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, reiterando que mais vale cedo que tarde.

Submetido o requerimento em apreciação a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 234/XII/ 4.ª SL

#### **5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para realização de audições sobre o sector do táxi**

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) requereu o adiamento deste ponto.

#### **6. Fixação de redações finais:**

**- Projeto de Resolução n.º 1100/XII/3.ª (PSD) - Recomenda ao Governo a concretização de medidas que minimizem os impactos ambientais do ruído gerado pelo tráfego de veículos sobre o Mosteiro da Batalha**

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração a redação final, que foi considerada fixada por consenso.

**- Proposta de Lei n.º 216/XII/3.ª (GOV) - Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno**

O Senhor Deputado António Cardoso (PS) interveio em relação ao n.º 6 do artigo 6.º, no sentido de ser fixada a redação seguinte: "... pode acumular funções de inspetor"

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração todas as sugestões apresentadas para a redação final, que, tendo sido aceites, permitiu considerar a redação final fixada por consenso.

**- Proposta de Lei n.º 217/XII/3.ª (GOV) - Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos**

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 234/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

**gases combustíveis, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno**

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) interveio em relação ao título da Lei, no sentido de ser fixada a redação seguinte: "... na área dos gases combustíveis, dos combustíveis e de outros produtos petrolíferos, ...".

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração todas as sugestões apresentadas para a redação final, que, tendo sido aceites, permitiu considerar a redação final fixada por consenso.

**7. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre o Projeto de Lei n.º 683/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - Revoga o Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de Maio, que "estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., e da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A., para efeitos da concretização do processo de fusão das duas empresas." - Relator: Deputado Luis Vales (PSD)**

O Senhor Deputado Luís Vales (PSD) apresentou, extensamente e nos seus termos, o projeto de Parecer, que elaborara na qualidade de Relator, sobre o Projeto de Lei n.º 683/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - Revoga o Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de Maio, que "estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., e da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A., para efeitos da concretização do processo de fusão das duas empresas."

Submetido o parecer em apreciação a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP.

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 234/XII/ 4.ª SL

#### **8. Outros assuntos**

O Senhor Presidente da Comissão informou:

- ter dado entrada, no dia 9 de janeiro, a Proposta de Lei nº 275/XII/4ª (Aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária), que baixará à Comissão e está já agendada para discussão em Plenário para o próximo dia 21. Foi distribuída ao Grupo parlamentar do PS, ficando o Deputado João Paulo Correia de a relatar;

- que, na sequência da renúncia do Deputado Adriano Rafael Moreira, o Grupo de trabalho do Setor da Construção ficou sem coordenador, tendo o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) informado que o Deputado Luís Leite Ramos (PSD) passará a Coordenador, e o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) sublinhado a importância de serem retomadas as Propostas de Lei nº 226 e 227/XII/3ª aí pendentes, e o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) reiterado esta preocupação;

- ter dado entrada, na segunda-feira, um requerimento do PCP para audição do Ministro da Economia sobre a redução de trabalhadores na Base das Lajes, de que foi dado conhecimento aos Deputados.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) enquadrou o requerimento, referindo que o PCP tinha requerido a audição do Ministro dos Negócios estrangeiros na Comissão de Negócios estrangeiros e sublinhando a importância do despedimento de 500 trabalhadores na Ilha Terceira.

O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP), supondo que outro requerimento tenha sido aprovado na Comissão de Defesa, considerou que a matéria deveria ser tratada no âmbito do Ministério dos Negócios estrangeiros e, depois, do Ministério da Defesa, não merecendo tratamento por parte da Comissão, sem prejuízo de, na audição regimental do Ministro da Economia, em breve, serem colocadas questões.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) interveio, avaliando que, para além da Comissão de Negócios estrangeiros e da Comissão de Defesa nacional, o assunto também deveria ser apreciado na Comissão, para que o futuro económico dos Açores venha a ser aprofundado.





## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ACTA NÚMERO 234/XII/ 4.ª SL**

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) manifestou preocupação com as consequências económicas da retirada dos EUA da Base das Lajes na Terceira e concordou com a oportunidade da audição do Ministro da Defesa nacional e de ouvir o Ministro da Economia na audição regimental.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) distinguiu audição regimental de audições perante a importância do assunto, o que acontece na Comissão de Negócios estrangeiros e na Comissão de Defesa nacional, recordando a posição do PCP sobre a dissolução dos blocos militares e a não saída imediata da NATO.

Duvidou das soluções que o Ministro dos Negócios estrangeiros e o Ministro da Defesa nacional possam apresentar, esperando que o Governo esteja a acompanhar a situação.

Submetido o requerimento em apreciação a votação, foi o mesmo rejeitado com os votos a favor do PS e do PCP e contra do PSD e do CDS/PP.

A reunião foi encerrada às 11:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 janeiro 2015.

**O PRESIDENTE**

**(PEDRO PINTO)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 234/XII/ 4.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Altino Bessa  
Ana Paula Vitorino  
Bruno Dias  
Carina Oliveira  
Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
Luís Leite Ramos  
Luís Vales  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Nuno Serra  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Pinto  
Rui Paulo Figueiredo  
Valter Ribeiro  
Bruno Inácio  
João Paulo Correia  
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Teixeira  
Heloísa Apolónia  
Hortense Martins  
Mariana Mortágua  
Odete Silva  
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Jesus